

**VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: LAZER, NATUREZA E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE ESTADUAL MATA DO LIMOEIRO,
MINAS GERAIS**

ALEX LUIZ AMARAL OLIVEIRA¹
FREDERICO MENDES DE CARVALHO²
LEILSON ALVES DOS SANTOS³

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2026.v14n19p67>

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Parque Estadual Mata do Limoeiro (PEML), unidade de conservação situada no município de Itabira (MG), com ênfase na análise do perfil dos visitantes e na articulação entre lazer e meio ambiente. A partir de um referencial conceitual sobre uso público e visitação em áreas protegidas, o texto contextualiza a importância dessa dimensão na gestão de parques. A investigação, de natureza quantitativa, baseou-se na aplicação de questionários estruturados a 3.418 visitantes ao longo de 2024, representando 51,49% do total de frequentadores do parque nesse período. Os resultados apontam que as principais motivações de visita incluem o banho de cachoeira, a realização de trilhas e a contemplação da paisagem, destacando-se a valorização da experiência ambiental e da qualidade do atendimento ofertado. A pesquisa revela ainda que 99% dos respondentes reconhecem o PEML como espaço de lazer e percebem uma conexão direta entre fruição e conservação ambiental. Os dados reforçam o papel estratégico da visitação na gestão de unidades de conservação da categoria parque, evidenciando seu potencial para fomentar o bem-estar, a educação ambiental, o engajamento comunitário e a promoção da sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação ambiental; Turismo em áreas protegidas; Uso público em unidade de conservação.

**VISITATION IN PROTECTED AREAS: LEISURE, NATURE, AND
ENVIRONMENTAL EDUCATION AT MATA DO LIMOEIRO STATE PARK,
MINAS GERAIS - BRAZIL**

ABSTRACT

¹ Doutorando em Estudos do Lazer pela UFMG. Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental pelo IFMG. Especialista em Administração de Unidades de Conservação pela UEMG. Analista Ambiental do Instituto Estadual de Minas Gerais. Gestor do Parque Estadual Mata do Limoeiro. Grupo de Pesquisa: Caparaó. E-mail: alexamarallimoeiro@gmail.com.

² Doutor em Comunicação pela UFMG; Mestre em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental pelo IFMG; Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Flacso; Especialista em Formulação e Monitoramento de Projetos Sociais pela UFMG. Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Grupo de Pesquisa: Corisco
E-mail: frederico.carvalho@ifrj.edu.br

³ Doutor em Geografia e Mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais ambos pelo IGC/UFMG. Especialista em Gestão Ambiental pela UESPI. Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Grupo de Pesquisa: GAAE. E-mail: leilson.santos@ifnmg.edu.br

This paper presents the results of a study conducted at Mata do Limoeiro State Park (PEML), a protected area located in the municipality of Itabira, Minas Gerais (Brazil), with an emphasis on analyzing visitor profiles and the relationship between leisure and the environment. Grounded in a conceptual framework on public use and visitation in protected areas, the text contextualizes the importance of this dimension in park management. The quantitative research was based on the application of structured questionnaires to 3,418 visitors throughout 2024, representing 51.49% of the park's total visitation during that period. The findings indicate that the main motivations for visiting the park include waterfall bathing, hiking, and landscape contemplation, with strong appreciation for the environmental experience and the quality of visitor services. The study also reveals that 99% of respondents recognize PEML as a leisure space and perceive a direct connection between recreation and environmental conservation. The results underscore the strategic role of visitation in the management of parks as protected areas, highlighting its potential to promote well-being, environmental education, community engagement, and sustainability.

Keywords: Environmental Education; Tourism in protected areas; Public use in protected areas

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas naturais protegidas por legislação específica no Brasil, instituídas com o objetivo primordial de preservar o meio ambiente. Embora voltadas à conservação, essas áreas também permitem a realização de atividades de uso indireto dos recursos naturais, como visitação para fins de recreação, educação, pesquisa científica, práticas esportivas, lazer, vivências culturais, entre outras (Brasil, 2000). Dessa forma, as UCs não apenas cumprem um papel ecológico essencial, mas também se configuram como espaços públicos estratégicos para a oferta de serviços de lazer e experiências educativas à sociedade.

Além de contribuírem para a conservação da biodiversidade, as UCs promovem benefícios sociais diversos, como incentivo à cultura, promoção de atividades físicas e esportivas, educação ambiental, geração de renda local e fortalecimento do turismo sustentável (Moro *et al.*, 2022).

Para garantir o ordenamento e a gestão integrada dessas áreas, foi criado no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000. Essa legislação representou um marco no avanço das políticas públicas ambientais ao definir diretrizes claras para a criação, manejo e gestão das UCs, atribuindo responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos.

O SNUC possibilita uma abordagem sistêmica da proteção ambiental em todo o território nacional, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos de participação

Este texto sistematiza dados de uma pesquisa realizada no Parque Estadual Mata do Limoeiro (PEML), uma unidade de conservação de proteção integral, criada em 2011, por meio do Decreto Estadual nº 45.566, possuindo 2056 hectares. O nome da unidade remete à Fazenda do Limoeiro, que originalmente se situava na área na qual foi criado o Parque. A unidade de conservação está localizada no distrito de Ipoema, no município de Itabira (Governo de Minas - IEF, 2025), conforme pode ser observado na Figura 1.



O território do Parque está na transição entre os biomas do Cerrado e Mata Atlântica, o que lhe confere grande diversidade biológica. Além disso, compõe dois mosaicos de UCs, num perímetro cujas adjacências reúnem diversas áreas protegidas das três esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como terras indígenas ou outras áreas protegidas públicas e privadas que estão próximas, justapostas ou até sobrepostas. O Parque tornou-se um importante corredor ecológico e detém mais de 90% do seu território coberto por florestas.

Além de preservar e conservar a fauna e a flora, diversos elementos naturais converteram-se em famosos atrativos turísticos na região e levaram milhares de pessoas para descobrir estas matas, terras e águas. O Parque conta com uma portaria, trilhas estruturadas e sinalizadas e uma sede administrativa.

Uma marca dessa UC é sua interlocução com as comunidades do entorno por meio de projetos socioambientais de grande impacto positivo como, por exemplo, o Ecofolia, o Natal em Comunidades, a Volta da Mata do Limoeiro e o Cinema com as comunidades (Governo de Minas - IEF, 2025). Além disso, o Parque possui Conselho Gestor e Plano de Manejo, estando aberto à visitação pública todos os dias da semana e os atrativos mais procurados pelos visitantes são: as Cachoeiras do Derrubado e Paredão, a Corredeiras da Juventude, a Cascata do Limoeiro, a Gruta do Limoeiro, o Recanto do Sossego, os Mirantes do Campestre e do Gigante e as trilhas estruturadas. Além desses atrativos destaca-se a Trilha dos Sentidos que acontece de olhos vendados e com condução de um monitor do Parque, onde se trabalha a relação do ser humano com a natureza.

O PEML concentra inúmeras espécies vegetais, muitas ameaçadas de extinção como a *Dalbergia nigra* (jacarandá-caviúna). Mais de 65% do Parque é formado por floresta Estacional Semidecidual. Entre as principais espécies da fauna do Parque encontra-se o emblemático *Alouatta sp.* (Bugio), além de uma grande variedade de espécies de interesse conservacionista, relacionadas ao endemismo característico do bioma Mata Atlântica, como o saracura-do-mato, beija-flor-cinza, sagui-de-cara-branca, caxinguelê, gambá-de-orelha-branca e tangarazinho (Governo de Minas - IEF, 2025).

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender o perfil dos visitantes e demonstra os resultados de uma metodologia aplicada no PEML, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações de uso público, educação ambiental e turismo sustentável nesta unidade. A partir dessa demanda, definiram-se as questões norteadoras da pesquisa: qual é o perfil do visitante do PEML? E como esses visitantes percebem a relação entre meio ambiente e lazer?

Para responder a essas perguntas, foi elaborado um questionário específico, cujos detalhes metodológicos são apresentados na próxima seção. Este artigo tem como objetivo discutir a importância do planejamento e da gestão do uso público em Unidades de Conservação, com foco nos parques, destacando a relevância do

mapeamento da visitação e da compreensão do perfil dos visitantes e apresentar os dados do resultado da pesquisa que mapeou o perfil das pessoas que visitam o parque.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este texto sistematiza uma pesquisa primária e quantitativa, mobilizada em duas etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica integrativa voltada ao embasamento teórico sobre os temas de UCs, uso público, lazer e meio ambiente, com o objetivo de contextualizar a importância desses espaços para a sociedade e subsidiar a discussão das pesquisas.

A segunda etapa envolveu a análise secundária de dados de uma pesquisa gerencial com abordagem quantitativa e descritiva realizada pelo PEML, com instrumento formulado pelos pesquisadores por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, respondido presencialmente por visitantes entre janeiro e dezembro de 2024, após concluírem sua visita pela unidade de conservação.

Os visitantes foram informados e esclarecidos sobre a pesquisa, a participação ocorreu de forma voluntária após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido garantindo o anonimato dos entrevistados. Cabe destacar, ainda, que a amostragem foi feita de acordo com a devida dinâmica específica de visitação do PEML.

No ano de 2024, o PEML recebeu um total de 6.638 visitantes, dos quais 3.418 participaram da pesquisa, correspondendo a 51,49% do público. O levantamento apresenta nível de confiança de 99% e margem de erro de 1,5%.

O instrumento de pesquisa consistiu em um questionário com 12 perguntas fechadas, aplicado de forma presencial ao final das visitas, durante todo o ano de 2024. A aplicação foi realizada pelos próprios funcionários do Parque, utilizando prancheta e caneta, garantindo abordagem padronizada e direta aos visitantes.

O questionário foi dividido em três blocos temáticos: Bloco 1 – Perfil sociodemográfico: Este bloco buscou caracterizar os visitantes por meio da identificação de faixa etária, localidade de origem e gênero; Bloco 2 – Satisfação e percepção da visita: Composto por sete perguntas, este bloco teve como foco avaliar a experiência dos visitantes no PEML.

Foram abordados temas como: motivo da visita, forma como souberam do Parque, pontos fortes identificados durante a visita, relevância da experiência, conhecimento prévio sobre o Parque, presença nas redes sociais e atrativos preferidos; e Bloco 3 – Relação entre meio ambiente e lazer: Composto por duas perguntas, este bloco buscou investigar se os visitantes percebem uma relação entre lazer e meio ambiente, além de identificar a importância atribuída ao PEML nesse contexto.

Todas as perguntas do questionário foram de múltipla escolha, com alternativas previamente definidas, de modo a facilitar a padronização das respostas, a organização dos dados e a futura utilização dessas informações na gestão do Parque.

Os dados obtidos foram sistematizados e tabulados com o auxílio do *software Microsoft Excel*. O tratamento dos dados envolveu a organização em planilhas, análise descritiva e elaboração de gráficos percentuais para facilitar a visualização dos resultados.

Os resultados obtidos são apresentados neste texto com base em informações que demonstram a visitação ao Parque Estadual Mata do Limoeiro ao longo do período analisado.

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Uso público das unidades de conservação

No contexto das UCs, a expressão uso público refere-se às múltiplas formas de desfrute humano dos serviços ambientais, incluindo atividades de turismo e lazer, educação ambiental, pesquisa científica. Estas atividades são elementos que constituem a função social dos parques (Carvalho e Carneiro, 2021).

Marques e Rocha (2019) argumentam que o uso público, quando bem orientado, representa uma estratégia potente de valorização social, econômica, ambiental e cultural das áreas protegidas. Dessa forma, há uma relação direta e indissociável entre visitação, turismo e uso público nas UCs, uma vez que cada vivência proporcionada nesses territórios naturais é, ao mesmo tempo, um ato de fruição e de resistência, um gesto de pertencimento e um convite à preservação (Carvalho, 2021).

A Constituição Federal de 1988 estabelece os fundamentos dessa concepção ao afirmar, no Artigo 225, que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, devendo ser protegido para as presentes e futuras gerações. No mesmo sentido, o

Código Civil (Lei nº 10.406/2002) define, no Artigo 99, os bens de uso comum do povo, como rios, mares, ruas e praças, como integrantes do patrimônio público, inalienáveis por natureza e destinados ao livre acesso. Assim, a expressão “uso público é o termo utilizado para tratar a gestão da visitação em unidades de conservação, desde o planejamento à implementação de diferentes oportunidades de visitação e seu monitoramento e diferentes aspectos.” (Brasil, 2025).

Assim, o uso público em uma UC impõe uma série de desafios relacionados à gestão e ao monitoramento da qualidade da experiência do visitante, sendo um tema desafiador que necessita de maior aprofundamento nos métodos e técnicas de pesquisa, bem como do uso que se faz dos dados levantados. Se, por um lado, a qualidade da experiência é fator importante para a promoção da visitação e do apoio público às UCs, por outro, o planejamento da diversidade de oportunidades, experiências e serviços oferecidos nas áreas protegidas também deve estar em consonância com os objetivos de conservação e o cumprimento da sua função pública.

Dessa forma, a gestão do uso público deve buscar caminhos para compatibilizar esses objetivos, além de encontrar formas de influenciar e transformar expectativas e comportamentos eventualmente conflitantes com a proteção do bem natural (Lemos; Gomes, 2022).

Nesse sentido, a aplicação de ferramentas de gestão é muito importante. Planejar, monitorar e aperfeiçoar metodologias de gerenciamento de UCs constitui um desafio extraordinário, uma vez que exigem recursos e saberes que, em muitos casos, não estão presentes no cotidiano de quem atua na área. Instrumentos que possibilitem caracterizar as pessoas que visitam as UCs e levantar informações que descrevem atributos relevantes sobre a visita, como os tipos de atividades desenvolvidas ou aquelas que mais tenham chamado a atenção, as experiências no espaço natural e o perfil de quem visita, são indispensáveis para construção de estratégias de conservação, lazer, conscientização e educação ambiental.

Com o crescente número de visitantes nos parques, faz-se cada vez mais necessário conhecer o perfil e comportamento desses cidadãos, já que estes influenciam os tipos de impactos nas unidades e, por isso, são determinantes na escolha das estratégias de manejo e conservação definidas nas áreas protegidas (Viana e Rocha, 2011). Dessa forma, conhecer os diferentes perfis e motivações de visitação nos parques é necessário e complexo, e por isso, diversos autores têm se dedicado e debruçado sobre

o assunto há bastante tempo reconhecendo a enorme heterogeneidade e diversidade de valores e motivos associados à visitação nesses espaços (Pacheco et al, 2020).

Em algumas situações, a satisfação do visitante pode influenciar suas intenções de retorno, bem como sua disposição em compartilhar experiências nas redes sociais e recomendar a visita a amigos, contribuindo, assim, para fortalecer o apoio social às unidades de conservação (Alegre e Cladera, 2009). Em outros casos, os visitantes engajam-se em atividades voluntárias ou prestam suporte, seja de forma direta ou indireta, reforçando a proteção e valorização desses espaços (Carvalho, 2021).

McCool (2006) destaca que a avaliação da experiência da visita é resultado da interação das expectativas criadas pelos visitantes com o que é de fato percebido e experimentado. O autor afirma que gerenciar a qualidade da experiência envolve a consideração das conexões e interações entre expectativas, os atributos da área e a avaliação dos visitantes. A qualidade da experiência do visitante está relacionada com a oferta de oportunidades de recreação que de fato atendam às necessidades de quem as busca. É um processo carregado de subjetividades e está relacionado às motivações, expectativas e necessidades de cada pessoa e ao nível de satisfação e atendimento das expectativas criadas.

Lemos e Gomes, (2022), defendem que alcançar e atender diferentes perfis é estratégico na gestão dos parques, pois permitirá ampliar e democratizar o acesso ao bem público, possibilitando o apoio e a conexão da sociedade com o seu patrimônio natural. Essa é também uma preocupação política, uma vez que o amplo apoio da sociedade às áreas protegidas depende de uma aproximação com diferentes grupos e espectro de necessidades.

No entanto, lidar com a complexa e diversa teia de expectativas e necessidades é um dos grandes desafios do uso público e para isso, é preciso (re)conhecer a opinião e o perfil de quem visita as UCs levantando informações que permitam tomar decisões baseadas em evidências (Micaloski *et al.*, 2021). Assim, Niefer (2002) afirma que ao entender as motivações e gostos dos visitantes, assim como suas expectativas, percepções, atitudes, valores e condutas, empoderam-se as estratégias de gestão dos parques e de uso público.

Múltiplas faces da visitação e do lazer em unidades de conservação

O SNUC estabelece 12 categorias de UC, que estão divididas em dois grupos com características específicas: proteção integral e uso sustentável (Brasil, 2000). Nosso foco neste estudo está no uso humano, voltado para a categoria parque, que estão incluídos no grupo de proteção integral. Estas unidades têm como objetivo preservar a natureza sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. O próprio SNUC estabelece os objetivos de um parque como:

Uma área de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000, p. 13).

Esta ideia de uso humano tipificada no SNUC será substituída em sentido neste texto pela noção de uso público que, no ordenamento jurídico brasileiro, está intrinsecamente ligado à ideia de bem coletivo, acessível a todos e essencial à vida em sociedade. Mais à frente nos deteremos a discutir mais este conceito.

Para regular o uso público, é necessário que cada área protegida tenha um plano de manejo (Brasil, 2000), instrumento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir as interações no seu território e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade e à visitação.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC (Brasil, 2025) o Brasil possui 623 UCs classificadas na categoria parque. Destas, 310 são municipais, 238 são estaduais e 75 federais. 57% delas não possuem sequer plano de manejo. Este dado nos dá uma noção dos desafios de gerenciar as UCs e potencializar a conservação e o lazer por meio de visitação.

Richard e Chináglia (2004) destacam que as experiências de lazer possibilitadas pela visitação em áreas protegidas carregam um valioso potencial de impacto positivo, especialmente quando ancoradas em atividades recreativas e de lazer. Esses momentos de fruição em meio à natureza oferecem oportunidades concretas para revitalizar sensações, reacender afetos e provocar emoções prazerosas. Assim, os Parques promovem reencontros necessários e dão a ver e a sentir (Oliveira, 2023), provendo

serviços ecossistêmicos de amenidades e cultura diversas (Pereira, Alves e Oliveira Júnior, 2024).

Sob essa perspectiva, o debate ambiental se insere de maneira direta no campo do turismo, constituindo-se como um espaço fértil e imprescindível para o diálogo entre conservação e uso público. Visitar áreas naturais vai além do simples entretenimento, incorpora dimensões subjetivas, políticas, jurídicas, sociais, econômicas e ambientais que exigem reconhecimento e aprofundamento. Trata-se de um setor estratégico no qual a conservação se alinha com a cidadania e o desenvolvimento sustentável. A visitação adquire relevância porque as práticas de lazer em ambientes naturais, especialmente em UCs, não apenas intensificam, mas também potencializam o papel desses territórios em múltiplas esferas.

O contato direto com a natureza, como sublinha Carvalho (2021), constrói novas sociabilidades e fortalece a máxima de que é preciso conhecer para preservar. A crescente busca por parques e demais UCs como espaços de refúgio frente ao estresse e à exaustão da vida moderna confirma essa tendência (Cunha *et al.*, 2022). Essas áreas oferecem válvulas de escape e funcionam como portais de reconexão entre indivíduo e planeta. Através de caminhadas contemplativas, esportes ao ar livre, banhos de cachoeira e outras vivências, cria-se um canal sensível de comunicação intermundana (Oliveira, Figueroa e Altivo, 2021) onde o cotidiano é suspenso e novos sentidos emergem (Reis *et al.*, 2017). Tais práticas não apenas promovem o bem-estar, mas também ampliam a percepção do valor dos serviços ambientais providos pelos Parques (Carvalho, 2021). Também destacamos que funcionam como catalisadores do reconhecimento e valorização do vasto patrimônio natural brasileiro, conforme destacam Souza e Simões (2019).

De acordo com Oliveira (2023) o termo *parquear* refere-se à forma de vivenciar os espaços naturais a partir de experiências de gestão que buscam uma reconexão afetiva e política com os territórios naturais protegidos, especialmente os parques, entendendo-os como espaços de vida, memória e resistência.

Ao *parquear*, os indivíduos não apenas transitam por trilhas ou consomem infraestrutura, eles pertencem, habitam e transformam o parque em espaço de convivência, celebração e reencantamento. Atividades como piqueniques, rodas de conversa, caminhadas contemplativas, danças circulares, oficinas comunitárias, práticas espirituais, brincadeiras infantis, observação da fauna, escuta do silêncio: todas essas

experiências apontam para um uso do parque que não é apenas funcional, mas profundamente simbólico e afetivo.

Parquear está intrinsecamente relacionado à visitação nos parques. Para Brumatti *et al.* (2018), a visitação potencializa a geração de renda local de forma sustentável, contribuindo de maneira direta para o desenvolvimento de comunidades locais por meio de diversas iniciativas econômicas da cadeia do turismo.

Salienta-se que esse fluxo de recursos, longe de ser meramente econômico, viabiliza o fortalecimento da infraestrutura e a implantação de equipamentos voltados à recreação e ao lazer nos territórios, contribui no aprimoramento da gestão das próprias UCs e impacta positivamente todos os públicos envolvidos com elas, desde que articulados a uma perspectiva de preservação, conservação e desenvolvimento.

Desta forma, ao criar espaços de pertencimento e experiências significativas de contato com o meio natural, a visitação empodera o turismo e revela-se uma ferramenta de inclusão econômica social, educação e sensibilização socioambiental. Segundo Ferreira (2014), o turismo, fomentado pela visitação, responde diretamente às exigências da demanda contemporânea, que clama por experiências autênticas, por reconexões com o mundo natural e por enraizamento em iniciativas de base local.

O mosaico (Figura 2), composto pelas fotografias A, B, C e D, evidencia a diversidade de atrativos e de experiências de lazer disponíveis à visitação no PEML. A Trilha dos Sentidos e o Mirante do Gigante destacam-se por possibilitarem diferentes formas de interação com a natureza, favorecendo experiências de contemplação, percepção ambiental e apreciação da paisagem. Da mesma forma, a prática do ciclismo e a visitação à Cachoeira do Paredão expressam a variedade de atividades recreativas desenvolvidas na UC, associadas tanto à ecoaventura e à atividade física quanto ao contato e à fruição dos ambientes naturais. Nesse contexto, os atrativos registrados nas imagens demonstram a amplitude das possibilidades de lazer proporcionadas pelo parque, contribuindo para sua valorização como espaço de visitação, recreação e interação com a natureza.



Fonte: Acervo do parque (2022/2024).

Figura 2: Mosaico de atrativos disponíveis para os visitantes no PEML

Foto A: Trilha dos Sentidos; Foto B: com visitantes na Cachoeira do Paredão; Foto C: Ciclismo na trilha; e Foto D: Mirante do Gigante no PEML.

As UCs situadas próximas a grandes centros urbanos tornam-se alternativas nas quais o concreto se sobrepõe à paisagem natural e a rotina sufoca a espontaneidade, o desejo de reencontro com a natureza é uma das principais motivações de lazer e turismo (Ferreira *et al.*, 2022). É justamente nesse cenário que Machado *et al.* (2023), argumentam que as áreas naturais urbanas e periurbanas carregam um valor multifacetado patrimonial, ambiental, cultural e social, e devem ser compreendidas como territórios estratégicos para o desenvolvimento sustentável e para a expansão de práticas ecoturísticas e, por meio destas, a potencialização da visita que, nesse contexto, configura-se como uma ferramenta que demanda o uso responsável e sustentável do patrimônio natural e cultural, ao mesmo tempo em que estimula sua conservação.

Assim, a gestão do uso público, e nesta, a organização de estratégias de visitação, mapeamento do perfil do visitante e regulação desta atividade busca fomentar ferramentas que ajudem a construir estratégia para a formação humana e desenvolvimento de consciência ambiental crítica, promoção do bem-estar das pessoas e o fortalecimento de laços entre elas e os territórios protegidos.

Paiva (2019) ressalta que proporcionar o contato com o ambiente natural por meio da visitação, com atividades lúdicas, educativas, recreativas e interpretativas, é uma maneira eficaz de despertar nos visitantes uma compreensão afetiva e crítica sobre o valor desses recursos. Trata-se de vivências em que a contemplação e o prazer caminham lado a lado com o aprendizado e o respeito. É impossível na perspectiva que defendemos pensar em uso público e visitação, conservação e lazer de formas separadas.

RESULTADOS

Perfil dos visitantes no Parque Estadual Mata do Limoeiro

Dentre os 3.418 visitantes que responderam à pesquisa, 52% identificam-se como mulheres cis e 48% como homens cis. Não houve dentre os respondentes, pessoas trans ou outras identidades de gênero.

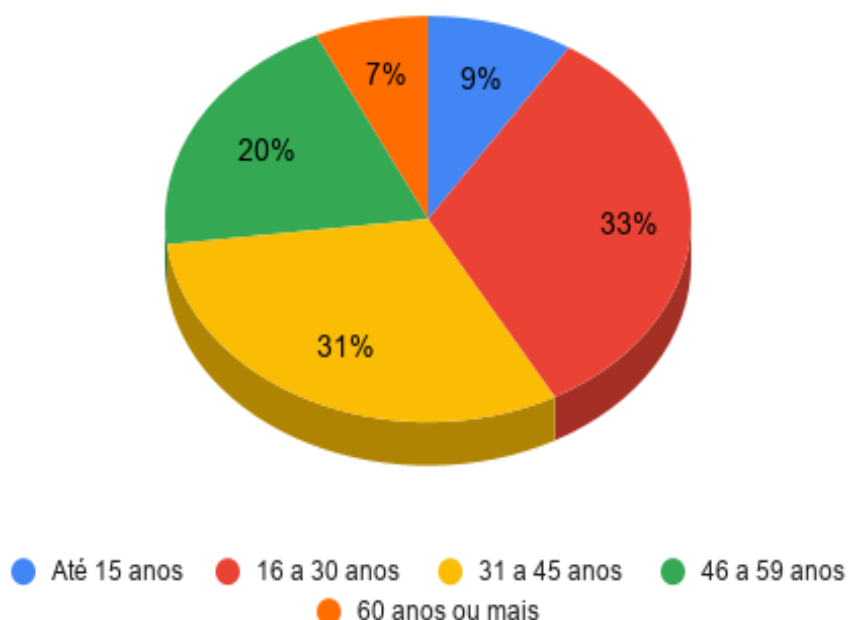
Segundo o Instituto Semeia (2024), a análise da localidade de origem dos visitantes de um local é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de *marketing* direcionadas e para a melhoria dos serviços oferecidos, garantindo uma experiência mais personalizada e eficiente. Assim, ao perguntar a origem das pessoas que visitaram o PEML, identificamos que 43% são de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, ou alguma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 36% de Itabira, 1% da Região Metropolitana do Vale do Aço e 20% de outras regiões de Minas e do Brasil.

A identificação da faixa etária em uma pesquisa assume papel fundamental, pois permite compreender a composição etária das pessoas que frequentam a UC, desde crianças até idosos, e fundamenta o planejamento de políticas públicas e estratégias específicas. A análise da estrutura etária e da mobilidade populacional é essencial para entender as dinâmicas sociais e ambientais, influenciando decisões sobre infraestrutura, acessibilidade e programas de lazer (Hogan, 2005).

A faixa etária, usada como último indicador sociodemográfico, contribui para identificar o perfil do visitante e fornece subsídios para adaptações específicas, como instalação de rampas e bancos para idosos, áreas de recreação para crianças e jovens, além de atrativos direcionados para as distintas faixas etárias.

Os dados da pesquisa revelam um perfil etário predominantemente adulto dos visitantes do PEML, com forte concentração nas faixas economicamente ativas. Somadas, as faixas de 16 a 30 anos, 31 a 45 anos e 46 a 59 anos, representam 84% do público, enquanto crianças e adolescentes até 15 anos correspondem a 9% e idosos (60 anos ou mais) apenas 7% (Figura 3).

Essa distribuição indica que o parque é frequentado majoritariamente por jovens e adultos, possivelmente motivados por atividades de lazer, contato com a natureza, prática de esportes, ecoturismo e turismo de aventura. O elevado percentual de visitantes entre 16 e 45 anos (64%) sugere um público com maior disposição para realizar trilhas e caminhadas de maior extensão e atividades recreativas em ambientes naturais, o que reforça a importância de manter trilhas bem sinalizadas, estruturas de segurança, áreas de descanso e informações interpretativas sobre a biodiversidade e o patrimônio natural.



Elaboração: Autores (2026).

Figura 3: Faixa etária dos visitantes do PEML (2024)

A presença expressiva da faixa de 46 a 59 anos (20%) demonstra que o parque também atrai um público adulto mais maduro, que tende a valorizar conforto, segurança, acessibilidade e experiências contemplativas. Esse resultado evidencia a necessidade de investir em infraestrutura como bancos, áreas de sombra, sanitários adequados, pontos de descanso ao longo das trilhas e boa sinalização, contribuindo para uma experiência mais confortável e inclusiva.

Por outro lado, a baixa participação de idosos (7%) pode indicar a existência de barreiras relacionadas à acessibilidade, à dificuldade das trilhas, à oferta limitada de atividades específicas para essa faixa etária ou mesmo à divulgação do parque entre esse público. Esse cenário aponta oportunidades para ampliar a inclusão por meio da implantação de trilhas acessíveis, melhoria da mobilidade interna, instalação de corrimãos, pisos adequados, mirantes acessíveis, programas de caminhadas orientadas e atividades de educação ambiental voltados para a terceira idade.

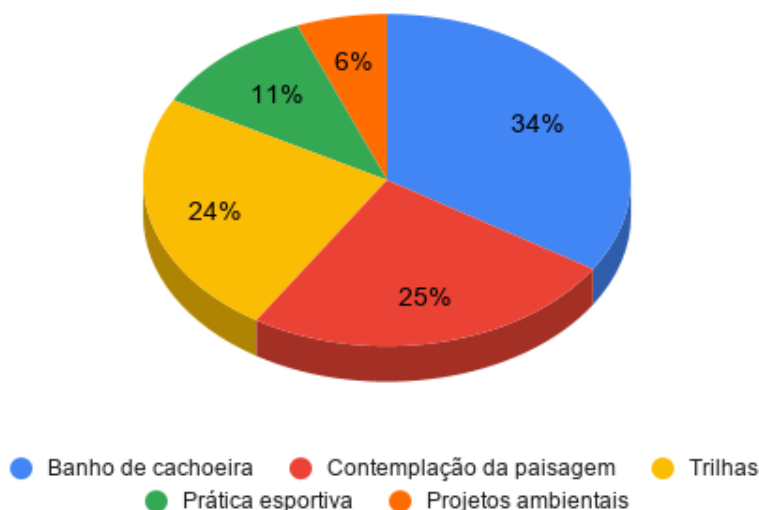
A reduzida participação de crianças e adolescentes de até 15 anos (9%) também merece atenção. Considerando o potencial dos parques estaduais como espaços de educação ambiental, recreação e formação de valores relacionados à conservação da natureza, esse resultado indica a necessidade de fortalecer parcerias com escolas, desenvolver programas educativos permanentes, ampliar atividades voltadas às famílias e criar espaços interpretativos e lúdicos que despertem o interesse do público infantil.

Os resultados permitem, ainda, orientar o planejamento de infraestrutura, serviços e ações de uso público. A predominância de adultos justifica investimentos na manutenção e qualificação das trilhas, na segurança dos visitantes e em equipamentos voltados ao ecoturismo. Ao mesmo tempo, a baixa representatividade de crianças e idosos evidencia segmentos com potencial de crescimento, indicando a importância de estratégias que promovam maior diversidade do público visitante.

Assim, a distribuição etária revela que o PEML possui um perfil de visitantes concentrado em adultos jovens e de meia-idade, mas apresenta oportunidades para ampliar sua função social por meio de ações que promovam acessibilidade, inclusão e educação ambiental. A adoção dessas medidas pode diversificar o perfil dos usuários, aumentar a atratividade do parque para diferentes grupos etários e fortalecer sua missão de conservação associada ao uso público sustentável. As motivações de visitação ao PEML revelam que o principal atrativo da unidade está associado ao contato direto com

seus recursos naturais, destacando-se o banho de cachoeira (34%), seguido pela contemplação da paisagem (25%) e pela realização de trilhas (24%).

Esses resultados demonstram que o parque é valorizado tanto por experiências recreativas quanto contemplativas, evidenciando a necessidade de investimentos na conservação e no manejo das áreas de maior uso, especialmente cachoeiras, trilhas e mirantes. A prática esportiva (11%) reforça a importância do parque como espaço de promoção da saúde e do bem-estar, enquanto a participação em projetos ambientais (6%) evidencia o potencial de fortalecimento das ações de educação ambiental (Figura 4). Em conjunto com a faixa etária dos visitantes, esses dados fornecem subsídios importantes para orientar a gestão do uso público, permitindo priorizar investimentos em infraestrutura, segurança, acessibilidade e interpretação ambiental, de forma compatível com as expectativas dos visitantes e com os objetivos de conservação da unidade.

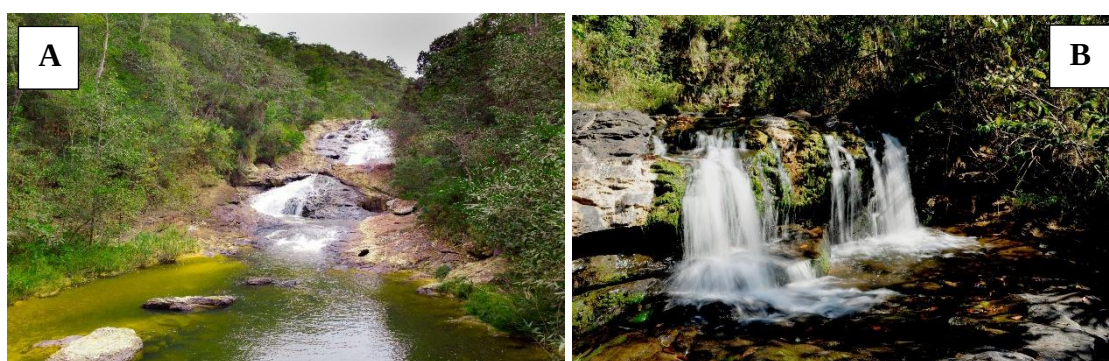


Elaboração: Autores (2026)

Figura 4: Principais motivos da visita ao PEML

Este resultado coaduna com outra pergunta do questionário, que aponta que os pontos fortes do PEML são as “as cachoeiras”, mencionada por 27% dos respondentes, evidenciando a valorização dos atrativos naturais e sua relevância no contexto do lazer e da contemplação ambiental (Figura 05). O atendimento prestado pela equipe do parque foi reconhecido por 26% dos visitantes, o que sinaliza a importância do acolhimento, da orientação e da mediação humana na experiência do público com a unidade de conservação.

As trilhas aparecem em terceiro lugar, com 22% das menções, reforçando o papel das caminhadas ecológicas como forma de integração com a natureza e de promoção da saúde física e mental. Já os projetos de educação ambiental, realizados pelo parque, foram valorizados por 21% dos participantes, o que indica o reconhecimento do seu potencial pedagógico e transformador, especialmente no que diz respeito à sensibilização ecológica e à formação de uma consciência ambiental crítica. Por fim, a categoria “outros” representa 4% das respostas, indicando que há ainda percepções diversas e individualizadas sobre os atributos positivos do parque que não se enquadram nas categorias principais.



Autores: Duander Franco, (2022) e Evandro Rodney, (2017).

Figura 5: Cachoeira do Derrubado (A) e Cascata do Limoeiro (B)

Identificou-se, ainda, como as pessoas tomaram conhecimento do parque. A principal forma de divulgação do PEMPL ocorre por meio da comunicação interpessoal, com 47% dos visitantes informando que souberam do local por indicação de amigos, seguido pelas redes sociais, com 19%, o que reforça a importância das interações interpessoais e digitais na promoção do parque. A visita prévia à região também teve papel relevante, sendo mencionada por 18% dos respondentes, indicando que o turismo regional contribui significativamente para a descoberta da UC. Outros meios citados incluem: pousadas (4%), site do IEF (2%) e outras fontes diversas (10%), revelando que, embora as mídias institucionais tenham baixo alcance, ainda desempenham algum papel na comunicação (Figura 6).

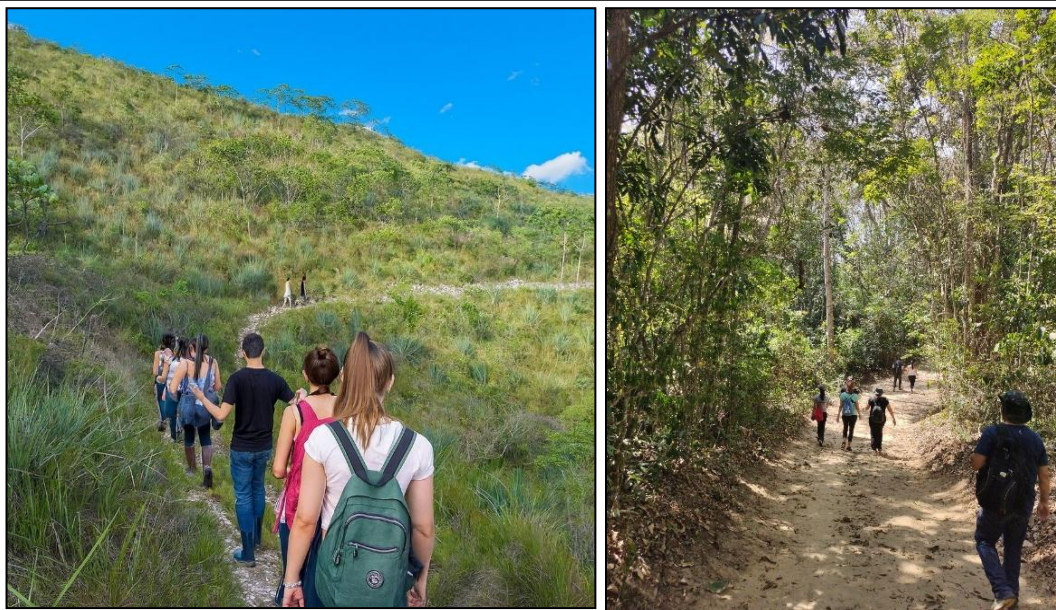


Elaboração: Autores (2026)

Figura 6: Como os visitantes tomaram conhecimento do PEML

Sobre o conhecimento prévio e a interação digital dos visitantes com o PEML, 54% dos visitantes já haviam ouvido falar do parque antes de visitar a região, enquanto 46% declararam não conhecê-lo anteriormente, indicando que, embora o parque tenha alguma visibilidade, ainda há espaço para ampliar sua divulgação. Consultamos também se as pessoas acompanham o parque pelas redes sociais. A maioria dos visitantes (57%) afirmou não acompanhar o parque em redes sociais, enquanto 43% disseram que sim, evidenciando uma oportunidade de fortalecimento da presença digital da unidade.

Verificou-se também, as preferências dos visitantes em relação aos atrativos e o destaque foi a Cachoeira do Paredão, apontada por 33% dos respondentes como o atrativo de que mais gostaram, seguida pela Cascata do Limoeiro (19%) e pela Cachoeira do Derrubado (17%), evidenciando a forte valorização dos elementos hídricos e paisagísticos do parque. A Trilha dos Sentidos foi mencionada por 13%, refletindo o interesse por experiências sensoriais e caminhadas ecológicas. Outros atrativos como as Corredeiras da Juventude (8%), Salas Temáticas (4%), Recanto do Sossego (3%) e Gruta do Limoeiro (3%) também foram citados, indicando uma diversidade de interesses entre os visitantes (Figura 7).



Fonte: Acervo pessoal, (2022)

Figura 7: Trilhas no PEML.

A pesquisa indica uma percepção amplamente positiva dos visitantes em relação ao papel do PEML como espaço de lazer e à relação entre lazer e meio ambiente. A quase totalidade dos visitantes (99%) considerou interessante conhecer o Parque. Do mesmo modo, 99% o reconheceram como um espaço de lazer, enquanto apenas 1% declarou não saber responder, e nenhum participante o negou nesta condição. Além disso, 99% afirmaram perceber uma relação entre lazer e meio ambiente, o que reforça uma compreensão integrada e sensível do valor ecológico e recreativo atribuído às unidades de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visitação pública em UCs da categoria Parque, como o PEML, constitui-se uma estratégia essencial para conciliar conservação ambiental, lazer e educação. Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2022) destacam que os parques cumprem não apenas a função de proteger áreas de relevância ecológica e cênica, mas também de promover a conscientização ambiental por meio da visitação e das atividades recreativas e educativas.

A interação com os serviços ambientais providos pelas UCs, como o banho de cachoeira – apontado como uma das atividades mais valorizadas –, oferece não apenas lazer, mas também bem-estar físico e emocional, ao mesmo tempo em que sensibiliza os visitantes quanto à importância da conservação dos recursos hídricos. Para que essa

prática seja sustentável, contudo, é indispensável o respeito a normas de segurança e o manejo adequado para evitar impactos ambientais, como erosão e degradação dos cursos d'água.

A articulação entre elementos naturais e ações de gestão foi identificada pelos visitantes como um diferencial do PEML, reforçando a relevância de políticas públicas integradas que considerem hospitalidade, segurança, educação ambiental e qualidade das experiências oferecidas. Em consonância, o Ministério do Meio Ambiente defende que a visitação deve satisfazer as expectativas dos visitantes quanto à variedade de atividades, à qualidade da experiência e à promoção de bem-estar físico e mental (Brumatti *et al.*, 2018). Nesse contexto, atividades como caminhadas, observação da fauna e flora e programas educativos mostram-se decisivos para que a visitação contribua para a conservação da biodiversidade e para a formação de consciências ambientais.

O processo de divulgação desses espaços também merece atenção. De acordo com Cardoso (2024), a promoção dos parques deve combinar estratégias digitais, tradicionais e experienciais, com ênfase nas redes sociais, plataformas de avaliação online, influenciadores e parcerias com escolas e universidades. O fortalecimento da presença digital, por meio da atualização de informações e da divulgação de eventos, configura-se como ferramenta essencial para ampliar o alcance e o engajamento do público.

A diversidade de experiências, incluindo o contato com a cultura local, trilhas, observação de aves e turismo comunitário, amplia o público-alvo e fortalece a multifuncionalidade dos parques, como identificado no PEML. Outro aspecto relevante é a satisfação dos visitantes: as experiências positivas relatadas pelos respondentes dialogam com Pivoto *et al.* (2022) e confirmam que o prazer na visita está diretamente relacionado ao contato com a natureza e à oferta de atividades diversificadas, favorecendo o retorno dos visitantes e a recomendação positiva do parque. Assim, compreender os fatores que promovem lealdade à visitação é essencial para avaliar a eficácia da gestão e aprimorar continuamente os serviços oferecidos.

Defende-se, portanto, que a visitação deve ser compreendida como uma aliada da conservação, e não como sua opositora. Nesse sentido, alinhamos nossa posição à de Andrade *et al.* (2020), que argumentam que o uso público bem planejado viabiliza o desenvolvimento de um ecoturismo sustentável, colaborativo e integrado à

sociobiodiversidade. Ainda assim, persiste o desafio de conciliar diferentes entendimentos sobre o uso desses espaços: enquanto alguns defendem restrições rigorosas de acesso visando à preservação integral, outros compreendem as UCs como territórios a serem socialmente apropriados, acessíveis e promotores de renda, educação e lazer.

As respostas obtidas do PEML confirmam essa perspectiva inclusiva, com 99% dos entrevistados reconhecendo o Parque como um local de lazer em estreita relação com a natureza.

Conclui-se que o lazer em parques, quando bem manejado, constitui uma ferramenta estratégica de engajamento coletivo, fortalecimento de identidades territoriais e formação cidadã. Assim, a visita deve ser entendida como uma dimensão fundamental da gestão, capaz de proporcionar experiências prazerosas, mas também de fomentar compromisso com a sustentabilidade e com o futuro das áreas naturais protegidas. Nesse sentido, o PEML mostra-se no caminho para alcançar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a oferta de lazer e bem-estar à população visitante e às comunidades do entorno.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, J.; CLADERA, M. Analysing the effect of satisfaction and previous visits on tourist intentions to return. **European Journal of Marketing**, v. 43, n. 5/6, p. 670–685, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/03090560910946990>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ANDRADE, T. C.; SOUZA, T. V. S. B.; CUNHA, A. A. Estruturação do rol de oportunidades de visita no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 13, n. 2, p. 365-392, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 132. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**. Uso Público. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-costa-dos-corais/O%20que%20Fazemos/usopublico/home-uso-publico-1>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. Plataforma CNUC, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002. Ministério do Meio ambiente, 2ª ed. Brasília. 2002.

BRUMATTI, P.N.; SANTANA, C.M.; DANTAS, F.R.; MARQUES-JUNIOR, S. Percepção de estudantes quanto aos impactos na criação e visitação de parques naturais protegidos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.4, ago2018/jan2019, pp.673-694.

CANTO-SILVA, C. R.; SILVA, J. S. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 11(2), pp. 347-364, maio/ago. 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i2.1286>

CARDOSO, L. S. **Caminhos participativos para a elaboração de estratégias de divulgação científica no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - MG**. 2024. Dissertação (Mestrado em Mineralogia e Petrologia) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

CARVALHO, F. M. **Muito mais do que dinheiro: valoração crítica dos serviços ambientais culturais providos pelo Parque Estadual Mata do Limoeiro**. 2021. 107 p. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Bambuí. Disponível em: <http://repositorio.bambui.ifmg.edu.br/index.php/mpsta/article/view/126> Acesso em: 13 jul. 2025.

CARVALHO, F.M; CARNEIRO, S. L. **O modelo de gestão de pessoas do Parque Estadual Mata do Limoeiro na perspectiva da função social**. Belo Horizonte: Edição própria, 2020.

CUNHA, A. de A. *et al.*. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. **Sociedade & Natureza**, v. 34, p. e65411, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/Q7dqmGCdPdvBfqDY5R6RsZs/>. Acesso em 10 mai. 2025.

FERREIRA, H. C. H. Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8 (2), p. 361-379, 2014. Recuperado em 29 abril, 2017, de <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/689/647>.

FERREIRA, M. L. B.; MOREIRA, J. C.; BURNS, R. C. O Perfil do Visitante em Áreas Protegidas: Exemplos de Diferentes Unidades de Conservação Brasileiras. Bio Brasil, Gestão do Uso Público: **Turismo e Lazer em Áreas Protegidas**. v. 12 n. 3, Brasília (DF), 2022. DOI: <https://doi.org/10.37002/biodiversidadebrasileira.v12i3.1894>

GOVERNO DE MINAS. **Instituto Estadual de Florestas**. Parques de Minas Gerais. Disponível em: <www.ief.mg.gov.br/parquesdeminas>. Acesso: abr. 2025.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 323–338, 2005. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/247>. Acesso em: 23 jul. 2025.

INSTITUTO SEMEIA. **Parques do Brasil: percepções da população 2024**. São Paulo: Instituto Semeia, 2024. Disponível em: <https://semeia.org.br/en/imprensa>. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO SEMEIA. **Modelos de gestão aplicáveis às Unidades de Conservação do Brasil**. Instituto Semeia. São Paulo, 2021.

LEMOS, C. C.; GOMES, L. M. Qualidade da Experiência e Perfil do Visitante de Alta Montanha do Parque Nacional da Serra dos Órgãos/RJ. **Biodiversidade Brasileira**, 12(3): 264-283, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37002/biobrasil.v12i3.1974>

MACHADO, S. F.; LOBO, A. S.; NOGUEIRA, S. M. A.; FILHO, Ricardo. Análise do perfil do visitante do Parque Natural Municipal das Andorinhas, Ouro Preto (MG). **Revista Turismo y Patrimônio Cultural**, vol. 21 N.º 3. Pags. 563-578, julho-setiembre, 2023. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.039>

MARQUES, F.; ROCHA, M.B. Impactos do uso público em unidades de conservação: produção científica no Rio de Janeiro, **Research, Society and Development**, 8(3): 26, 2019.

McCOOL, S.F. Managing for visitor experiences in protected areas: promising opportunities and fundamental challenges. Parks. **The Visitor Experience Challenge**, 16(2):1-2, 2006.

MICALOSKI, M.M, et al. Análise do Uso Público do Parque Estadual do Monge, Lapa/PR. **Biodiversidade Brasileira**, 11 (1): 1-11, 2021.

MORO, C. C.; OMENA, M. T. R. N.; LINDENKAMP, T. C. M. Discutindo as Concessões de Uso Público em Unidades de Conservação Brasileiras. **Biodiversidade Brasileira**, 12(3): 224-233, 2022 DOI: <https://dx.doi.org/10.37002/biobrasil.v12i3.1989>

NIEFER, I. A. **Análise do perfil dos visitantes das ilhas de Superagüi e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 237p, 2002.

OLIVEIRA, L. de.; FIGUEROA, J. V; ALTIVO, B. R. Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos intepistêmicos. **Galáxia**. n. 46, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/9MXqXf3nd5BNH3VpDjcwR7b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

OLIVEIRA, W. L. S. **Kalunga Do Rosário: um documentário contracolonial com o Reinado da Irmandade Os Leonídios**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57969>. Acesso em: 6 Jul. 2023.

PACHECO, B. C.; LORETTO, D.; OLIFIERS, N. Perfil dos visitantes e seus impactos no Parque Estadual da Serra da Tiririca, RJ, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e1189108076, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8076>

PAIVA, B.C.A. Impactos ambientais em Unidades de Conservação: Parque Nacional de Anavilhanas na visão dos profissionais envolvidos com a visita. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.12, n.1, fev/abr, pp.67-77, 2019.

PEREIRA, D. L. C. B.; ALVES, K.; OLIVEIRA JUNIOR, A. F. Os serviços ecossistêmicos de cultura e amenidades no Parque Natural Municipal Rego dos

- Carrapatos em Nova Lima (MG). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 218–237, 2024.
DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2024.v19.15205>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15205>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- PIVOTO, A. S.; RAIMUNDO, S. As contribuições da visitação em parques para a saúde e bem-estar. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 01-23, 2022. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2546>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- REIS, A. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. Visitação no Parque Estadual da Cantareira: Reflexões sobre o uso recreativo de uma unidade de conservação. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v.5, nº1, p. 42-60, 2017.
- RICHARD, U. L.; CHINÁGLIA, C. R. Turismo de aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 199-215, 2004.
- SILVESTRES, G. J. et al. La influencia de los espacios verdes urbanos en la actividad física de las personas: un estudio de base poblacional en España. **ScienceDirect**. Vol. 215, no.2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1517-869220192504187662>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbme/a/tDFBvVSvrbHsfpcPcQWjrn/abstract/?lang=es>. Acesso em 20 out. de 2025.
- SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira** – Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018: Sumário Executivo. Brasília: ICMBio. 2019
- VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Anais Uso Público em Unidades de Conservação**, 1(1), 13-26, 2013.
http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo_OL_2.pdf.
- VIANA, F. M.; ROCHA, C. H. **Impactos ambientais em unidades de conservação**. Material didático da Pós-graduação em Ecologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. 2011. Recuperado de http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/E.-Doc%C3%A4ncia-Final_Fernanda.pdf.